



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 192/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Saúde

UNIDADE: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu

ASSUNTO : Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA : Acesso a informações sobre às escalas de plantões "normais" (CLT, art. 442, caput) e "pagos" (LC Estadual nº 1.176/2012) dos empregados (CLT, arts. 2º e 3º) do setor de UTI de Covid-19 do HCFMB no mês de janeiro/2021. Alegação de informações pessoais. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 192/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre às escalas de plantões "normais" (CLT, art. 442, caput) e "pagos" (LC Estadual nº 1.176/2012) dos empregados (CLT, arts 2º e 3º) do setor de UTI de Covid-19 do HCFMB no mês de janeiro/2021.
2. Em resposta e em recurso, o ente alegou que as informações estavam abarcadas pela Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Inconformado, o requerente interpôs o presente apelo cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 (art.31,I,alínea "a").
3. O órgão encaminhou ao interessado, como complemento, um novo documento com justificativas e razões da negativa do acesso. Cientificado, o requerente reiterou o pedido inicial, com base na referida Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
4. Em análise do caso concreto, observa-se que a referida Lei federal nº 13.709/2018 disciplina o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (art.1º). Por sua vez, a citada Lei federal nº 12.527/2011, regulamentada pelo citado Decreto nº 58.052/2012, dispõe sobre o acesso a informações e os

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



- procedimentos destinados a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, que devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração e diretrizes ali fixadas, assegurando a proteção da informação sigilosa ou da informação pessoal, zelando pela proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade e eventual restrição de acesso (artigos 1º, 2º e 6º, II e III).
5. Como justificado pelo órgão recorrido, as informações públicas devem continuar sendo disponibilizadas com base na Lei de Acesso à Informação - LAI.
 6. Assim, quando nos reportamos as informações dos agentes públicos no exercício de suas funções, estão eles sujeitos à uma privacidade relativa, ou seja, tem privacidade diferenciada do cidadão comum, pois, como agentes públicos que são, estão investidos na função pública; Logo, como agentes públicos, submetem-se aos princípios básicos da Constituição Federal, entre eles, o princípio da transparência (artigo 37).
 7. Nesse sentido, reporto-me ao entendimento fixado pelo Senhor Ministro do Teori Zavaski, Relator (*STF - RE Agr. 652.777 SP. Rel. Min. Teori Zavascki. 23/04/2015*) que afirma "*não se pode falar em intimidade e vida privada quando o agente público age como tal, se não estiver em jogo a segurança do Estado e da sociedade*", oportunidade em que reproduziu o entendimento fixado pelo Ministro Ayres Britto em decisão anterior, no sentido de que "*é o preço que se paga pela opção por uma carreira pública no seio de um Estado republicano*", entendendo, ainda, que informações que não são do interesse público, como os dados pessoais dos agentes públicos, não devem ser revelados. (<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8831570>).
 8. A escala de trabalho do empregado público é uma informação pública e pode ser disponibilizada, desde que não contenham informações pessoais que permitam serem associadas a um agente público específico.
 9. Diante do exposto e considerando a falta de qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, caso existentes os dados solicitados, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei federal nº 12.527/2011, devendo órgão adotar as providências necessárias para dar cumprimento às disposições da Lei de Acesso à Informação (LAI).
 10. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 26 de abril de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado